



Ata da assembleia municipal extraordinária de quinze de novembro de dois mil e dezassete

Aos quinze dias do mês de novembro do ano de dois mil e dezassete, reuniu, em sessão extraordinária a Assembleia Municipal de Tondela, no auditório municipal, com a ordem de trabalhos abaixo descrita.

Antes de se iniciar a assembleia, tomaram posse como membros desta assembleia os eleitos: Jorge Manuel Mendes Batista e Fernando da Silva Figueiredo, devido a ausência justificada na sessão de tomada de posse, do dia 20 de outubro.

Foi apresentado mensagem de correio eletrónico da senhora presidente da junta de freguesia de Dardavaz, à luz da qual se fez representar pelo tesoureiro, António Manuel Ferreira dos Santos, de acordo com o exposto na alínea c) do artigo 18 da lei 75/2013 de 12 de setembro.

Feita a chamada, cerca das nove horas e trinta minutos, constatou-se a falta dos seguintes membros: Marisa Sofia Martins Fernandes e António Fernandes Pereira que justificaram a sua ausência, não tendo recebido a devida convocatória, devido a falhas nas comunicações.

As justificações foram aceites pelo presidente da mesa, que considerou as faltas relevadas.

O presidente da mesa saudou todos os presentes, felicitando institucionalmente todos os autarcas empossados, fazendo votos que os trabalhos dos próximos quatro anos, decorram com a maior normalidade possível.

1-Voto de pesar

O senhor presidente da mesa procedeu à leitura do voto de pesar subscrito pelos três grupos parlamentares da assembleia municipal, que se transcreve:

“Nos dias 15 e 16, do pretérito mês de Outubro, o concelho de Tondela foi vítima de um violento incêndio, com três frentes que, em poucas horas, transformou



quase duzentos quilómetros quadrados do nosso verdejante território numa paisagem carregada de um negro desolador.

Assim, vem esta Assembleia unanimemente, manifestar o seu pesar, lamentando profundamente a perda irreparável de três vidas humanas, apresentando às famílias enlutadas as mais sentidas condolências e colocando-se solidaria e fraternalmente ao lado de todos aqueles que perderam total ou parcialmente os seus bens, comprometendo-se, empenhadamente, a tudo fazer para minorar e ultrapassar tão trágica situação.”

Colocado à votação, o voto de pesar foi aprovado por unanimidade.

2-Análise, discussão e votação da revisão do regimento de funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela

O senhor presidente da mesa deu a palavra ao membro Cristiana Ferreira:

“Exmo. Senhor presidente da assembleia municipal e restante mesa, caros membros da assembleia municipal.

No decorrer dos trabalhos da última assembleia municipal e como julgo ser do conhecimento de todos, foi constituída a Comissão de Revisão do Regimento da Assembleia Municipal.

Passaria pela leitura do preambulo que foi acertado e redigido por todas as forças políticas (tendo efetuado a sua leitura).

Permitam-me que destaque dois aspetos, que para além de alguns ajustamentos e contributos por todas as forças políticas foram prestados, que teve a ver com a redistribuição dos tempos, porque não tendo a CDU assento nesta assembleia, havia necessidade de redistribuir esse mesmo tempo, considerando os resultados eleitorais, e por outro lado, uma clarificação que se impunha e que tem a ver com as moções. Julgo que muitos de nós tinham necessidade de perceber quando as moções deveriam ser apresentadas, quando escasseava tempo para a discussão das mesmas, o que fazer. Deste modo, introduzimos no artigo 28, a clarificação de moção. As moções, votos e recomendações apresentadas no período antes da ordem do dia, serão discutidas com a

Cristiana Ferreira
R. J. J.



*Alcald
R. Santos*

Sessão Extraordinária 15-11-2017

reserva, por particular complexidade ou por considerar que a natureza da moção não tenha condições para que a mesma seja discutida, poderá relegar-se para o momento posterior.”

De seguida, interveio o membro Rui Santos:

“Senhor presidente da mesa, restante mesa, senhor presidente da câmara, caros membros da assembleia.

Só duas notas, sublinhar que de facto foi possível construir uma decisão consensual para a proposta de regimento. Querendo, igualmente, destacar outro ponto e que pode ser importante para o funcionamento futuro da assembleia. Conforme prevê a Lei, ficou consignado no nosso regimento, que a informação escrita que é obrigatória ser transmitida pelo presidente da câmara ao presidente da assembleia, até cinco dias antes da realização da assembleia municipal, será enviada, até quarenta e oito horas do início da assembleia, a todos os membros. É um facto que reforça a transparência da assembleia e das decisões. Quero sublinhar que essa será uma prática muito importante para que nós possamos exercer cabalmente aquilo que são as nossas funções de deputados municipais e para podermos minimamente preparar aquilo que é a apreciação das atividades da câmara.

De resto, contarão connosco sempre que seja possível construir soluções razoáveis e que possam melhorar o funcionamento da assembleia. Que acho que se conseguiu consagrar nesta revisão e que a assembleia ficará mais enriquecida por ter um regimento mais preciso, que facilite os trabalhos e que nos concentre naquilo que é essencial, que é a apreciação dos problemas do município e das soluções que se possam encontrar para eles.”

O membro Abílio dos Santos continuou:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, caros membros da assembleia.

Venho, apenas, agradecer, tanto ao Partido Social Democrata, como ao Partido Socialista a amabilidade e a simpatia que tiveram em concederem-me mais tempo do que aquilo que eu tinha. Fiquei, como é obvio, bastante satisfeito. Foi possível com bom



dialogo e sobretudo pela estima e amizade dos dois partidos. Para os dois partidos, muito obrigado. “

Não havendo mais intervenções, a revisão do regimento de funcionamento da Assembleia Municipal de Tondela foi aprovada por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Manuel Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Patrícia Henriques, António Almeida dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António José Figueiredo, Regina Coimbra, João Paulo Tavares, Belmiro Gomes, Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Santos, Luciano Costa, António Ferreira, Fernando Figueiredo, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, José Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho, Paulo Carvalho.

3-Analise, discussão e votação dos procedimentos de controlo prévio para a reconstrução de edifícios destruídos ou gravemente afetados pelo incendio de 15 e 16 de outubro e medidas de apoio.

Foi dada a palavra ao senhor presidente da Câmara que interveio:

“Bom dia a todos.

Senhor presidente, caros membros da assembleia, comunicação social, convidados.

Sendo esta uma assembleia extraordinária, não terei tempo para registar toda a ação feita no pós 15 de outubro. Mas não quero deixar de sublinhar uma estreita colaboração entre todos os poderes nacionais, regionais e locais. Desde a primeira hora, temos mantidos com todos os patamares de decisão, uma ação integrada de avaliação e de reação. Como também, já o disse várias vezes em situações de emergência, importava desde logo definir prioridades. No quadro dessas prioridades, ter uma estratégia que fosse capaz de dar esperança às pessoas. Entre outros domínios, o da habitação foi um dos que foi mais atingido pelos incêndios dos dias 15 e 16 de outubro. Num primeiro momento, o município, logo na terça feira colocou na rua técnicos, para



Sessão Extraordinária 15-11-2017

avaliar situações onde estivesse em causa estabilidade de edificações. Num segundo momento, foram contratados pela CCDRC equipas externas, que vieram apoiar-se neste trabalho desenvolvido pelo município e que permitiu chegar á caracterização que hoje temos.

Temos no concelho, mais de trezentas e quarenta habitações danificadas, sendo destas perto de cento e cinquenta primeiras habitações. As restantes ou são segundas habitações ou são devolutas.

O Decreto-lei 130/2017 de 9 de outubro, transpondo princípios que já haviam sido desenvolvidos para os incêndios de Pedrogão veio determinar simplificação dos processos de licenciamento em operações que visem restaurar, reconstruir e repor as condições de habitabilidade. Tal como está neste Decreto-lei, cabe à Câmara Municipal propor à Assembleia Municipal estes instrumentos.

Desde logo, em primeiro lugar a área de delimitação é aprovada pela ANPC. Como é sabido no nosso concelho, só uma União de Freguesias é que não teve implicações provocadas pelo incêndio. As outras dezoito freguesias ou Uniões de Freguesias tiveram, à sua escala, implicações. Temos 180 km² atingidos por este incêndio, por isso é de prever que tenhamos este tão elevado numero de habitações. Tudo aponta que o município de Tondela seja um dos que tenha maior impacto nesta circunstância.

O que se pretende é que se aplique, com base nos critérios definidos, o que está plasmado no Decreto-lei 130. Ao mesmo tempo, trazemos a isenção de qualquer taxa devida pela operação que está em causa. Agora, há necessidade de regularizar toda a documentação processual, para que possamos agilizar questões formais.

Ontem, foi publicado um Decreto-lei que vem regular a forma de apoio às 1^{as} habitações. Como é sabido até 5 000€, qualquer proprietário pode por sua iniciativa avançar com a obra e apresentar a fatura para ser ressarcido. De 5 000€ a 25 000€ a complexidade já começa a evoluir. O município está disponível para assumir essa responsabilidade. E acima de 25 000€ será a CCDRC que colocará num concurso global todas as várias intervenções. Temos várias habitações acima dos 25 000€.



Clay
R&S

Sessão Extraordinária 15-11-2017

Julgo que o Decreto-lei 130 é muito explícito a este propósito. Todos os dados estão satisfeitos e realizados e queremos tão rápidos quanto possível acelerar este processo. Muito obrigado.”

O membro Rui Santos interveio, de seguida:

“De facto este assunto quanto mais rápido estiver resolvido, melhor. As pessoas precisam de ver as suas situações resolvidas. Só gostaria de saber se a câmara tem equacionado a possibilidade de disponibilizar o projeto de arquitetura para casos de maior fragilidade de famílias atingidas, porque no documento que nos foi entregue um dos requisitos que é exigido é o projeto de arquitetura e bem. Alias, a exemplo, do que tem sido feito em vários municípios que foram atingidos por incêndios.”

Continuou os trabalhos, o membro Vera Machado. (anexo 1)

O membro Carlos Viegas interveio:

“Cumprimentar os membros da mesa. Senhores deputados, vereadores, membros da comunicação social, todos os presentes.

Perante do que se passou aqui, estamos na evidência que aproveitamos a catástrofe, para mais uma vez termos, aqui, uma opinião política sobre a política nacional. Só uma chamada de atenção do grupo parlamentar do PS, em relação às responsabilidades da Câmara, nomeadamente na salvaguarda das margens de segurança do aterro sanitário, das zonas industriais. Fazer, também, uma reflexão sobre se o estado central, que ao longo dos últimos anos tem sido ocupado na sua área de governação por dois partidos, pelo que as responsabilidades têm de ser suas. Não se pode fazer este jogo de tentar responsabilizar só quem está no momento na área governativa.

Falou-se nos eucaliptos, fazer uma reflexão no que se passou com o ultimo ministério da agricultura e com uma lei que há muito poucos meses atrás, incentivou a plantação de eucaliptos.

Na primeira reunião tínhamos feito um propósito de nos preocupar-nos com o município e com os problemas das pessoas e já estamos numa deriva de ataque, que a meu ver não conduzirá a bom caminho, em termos desta assembleia.”



Cláudio
R. L.

Sessão Extraordinária 15-11-2017

O senhor presidente da câmara respondeu:

“De facto este não é o ponto, nem esta é a assembleia para uma análise mais estruturada e profunda, sobre causas e consequências. Acho que temos de nos centrar o que aqui está em cima da mesa. Este é o ponto da emergência, por mais que muito não queiram perceber, e é nesse quadro que me focarei. Há responsabilidades de décadas em planeamento e há responsabilidades de meses ou semanas em reação e em resposta. O planeamento é transversal, a capacidade de prever ou de reagir é do momento. Em relação às questões colocadas, vi zonas industriais ardidadas em todos estes concelhos, vi casas no meio de aglomerados urbanos, pela primeira vez, a serem atingidas, como se fossem um castelo de cartas, porque estamos a falar nesta circunstância de um incêndio absolutamente atípico. Mas errado, também será pensar que esta atipicidade não se voltará a repetir com ciclo mais próximo do que era previsto e é isso que nos deve levar a todos a pensar que tipo de reação e de antevisão queremos ter. Em boa verdade, tivemos pela primeira vez fogos a entrarem em espaços urbanos que tinham como origem espaço florestal. Se isso é incontrolável, a eventual disponibilidade de outros meios de resposta teria atenuado que dentro do espaço urbano tivéssemos as consequências de alastramento como em alguns casos ocorreu. Mas, essa é outra reflexão para outro tempo.

Questão objetiva sobre projetos de arquitetura. Ninguém terá custos sobre esta questão e é falso dizer-se que noutros concelhos já está assim a acontecer. Há o “tempo Pedrogão” e há “o tempo 15 de outubro”. No “tempo 15 de outubro”, todas as intervenções que tenhamos de fazer de gestão direta do município serão acompanhadas pelos nossos técnicos em todas as intervenções que forem estruturais. Em articulação com o município, a CCDR irá recrutar equipas externas para desenvolver os projetos de arquitetura. Tal como agora, foram recrutadas equipas externas para validar os danos. Os apoios públicos que estão previstos são para 1ª habitação. Não é o presidente da câmara ou o eleito local que vai determinar qual é o valor a atribuir à recuperação daquela habitação. A equipa técnica contratualizada fará uma avaliação dos danos e identificará qual o montante financeiro que está previsto para reabilitar a habitação nas condições existentes. Irá caso a caso propor uma solução de arquitetura. Ninguém irá ter



encargos com projetos de arquiteturas, fiscalização e especialidades com ou sem dinheiro público. Ninguém ficará sem um teto que seja 1ª habitação.

Esta deliberação abrange também a indústria, comércio e serviços que foram afetados. Todos os danos acima dos 235 000€ tem de ser validados por uma equipa externa. Neste aspeto, no concelho de Tondela, o processo está praticamente fechado e são cerca de 35 situações. Após esta validação, poderão candidatar-se aos apoios do programa REPOR, que pressupõe que até 235 000€ tenham um apoio de 85%. Acima de 235 000€ temos de saber se se trata de uma PME e, se o for, tem uma participação a fundo perdido de 70%. Se não for PME tem uma participação de 25%. Vamos ter de explicar às pessoas, tal como em zona de fronteiras que são críticas, como é o caso dos danos em viaturas dos stands. Este programa REPOR não prevê que haja financiamento de stocks, o que quer dizer que há um prejuízo económico considerável. O mesmo se passa na indústria transformadora, na área da floresta. No caso do operador florestal quando carrega a madeira e a deposita no seu depósito e a partir daí opera essa carga, já é legível, porque trata-se de comércio. Mas no caso, daqueles operadores que tinham hectares e hectares de madeira comprada e paga, este ativo não é contabilizado nem legível.

Não conseguimos encontrar soluções para todos os problemas, mas encontraremos para a grande maioria dos problemas.

Temos de fazer uma discussão profunda no que vem a seguir, mas para mim ainda não acabou o tempo da emergência.

No setor da agricultura existe alguma indefinição, porque a grande maioria dos afetados são pequenos agricultores. A estes, estão definidos pequenos apoios que se encontram ainda em fase de resolução. Acho que é o sector mais prejudicado, mas estaremos cá para tentar encontrar soluções que minimizem os danos.”

O membro Arménio Marques interveio:

“Bom dia, senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, senhores deputados, comunicação social.



Sessão Extraordinária 15-11-2017

Venho aqui para fazer um apelo á assembleia. Já ouvi aqui hoje coisas bonitas que gostei. O caso dos fogos não deve dar discussão, ao longo deste mandato, de troca de palavra por palavra. No meu entender isto foi um fenómeno. Foi um fogo diferente, se houvesse um bombeiro por cada metro quadrado não apagava o fogo. A responsabilidade do planeamento florestal cabe a todos os portugueses, nomeadamente aos governos que têm governado. Quando me refiro que cabe a todos os portugueses significa que todo o português que tenha um pouco de terra, é responsável. Quando se discute sobre planeamento não é qualquer um que o consegue fazer, tem de estar dentro da verdade das coisas. Temos terrenos, no país, que não dá para mais nada a não ser para eucaliptos. Portugal é dos pouco países do mundo que tem a melhor pasta de papel. Quantos milhares de trabalhadores é que estão dedicados ao eucalipto? A quem cabe a discussão do planeamento pertence aos partidos e aos governos, é verdade. Nunca houve nenhum governo que fosse capaz de fazer algo com consenso e duradouro, talvez por só ser possível com dinheiro. E, Portugal não tem tido dinheiro. Quando digo isto, é para dizer aos senhores deputados e aos senhores presidentes de junta, as coisas no mundo fazem-se com teoria e com prática. Desculpem-me falar assim, mas na minha vida sempre me pautei mais pela prática das coisas do que pela teoria. Teoria temos ouvida muita. Queria pedir aos senhores deputados para não virem para aqui discutir coisas de fogo, porque ninguém sabe nada sobre fogo. O que acontece não foi um fogo. Existe certas e determinadas responsabilidades. Essas responsabilidades não cabem àqueles que não planearam atempadamente. Cabe a quem está no terreno na hora. Houve duas senhoras portuguesas que mentiram ao povo, a senhora ministra e a senhora que está na proteção civil. “Quinhentos fogos num dia”, isso não é verdade, aí há responsabilidade. O fogo foi só um, não o dominaram á nascença e depois multiplicou-se. O fogo não foi combatido, porque tinham abandonado o sistema, porque pensavam o inverno se estava a aproximar. Este fogo foi atípico, foi um fogo diferente, mas não venham mentir às pessoas. A proteção civil e a ministra são responsáveis pelo que fizeram, abandonaram o combate aéreo, mandaram os bombeiros para casa quando o período de combate deveria ter sido prolongado. Mas, na minha opinião nem que houvesse um bombeiro por cada metro quadrado não apagava este fogo. Vir para aqui discutir quem tem responsabilidade no planeamento, todos temos responsabilidades. Se formos a ver os terrenos dos privados arderam pouco, porque o do estado ardeu



Sessão Extraordinária 15-11-2017

consideravelmente e está bem planeado. O que queria pedir é para não nos pormos a adivinhar e discutir uns com os outros, temos de ser todos amigos.”

O membro José Manuel Mendes interveio:

“Senhor presidente da assembleia, senhor presidente da câmara, elementos da assembleia, comunicação social e público em geral.

O problema dos incêndios afetou toda a gente, nomeadamente a zona centro. Desde a primeira hora, tivemos o compromisso do senhor presidente da câmara, no ato de tomada de posse. Venho reconhecer que ao longo deste mês o esforço feito, apesar de já não ter a atividade que tinha anteriormente, mas continuo a acompanhar de perto o que se passa a nível concelhio. Venho manifestar o meu reconhecimento, porque o que tenho ouvido ao longo de todo este tempo tem sido positivo. Um reconhecimento aos meus ex-colegas de junta, que estão no terreno a fazer um bom trabalho. Vamos tratar de assunto do concelho, que é para isto que cá estamos. Podemos confiar no trabalho que tem sido desenvolvido pela câmara municipal. Muito obrigado.”

Colocado à votação foi aprovado por unanimidade com os votos a favor dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Pereira Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António Figueiredo, Regina Coimbra, João Paulo Tavares, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

4-Análise, discussão e votação da Fixação da Taxa de Imposto Municipal sobre Imóveis

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos.



*Cláudio
Ribeiro*

Sessão Extraordinária 15-11-2017

5-Análise, discussão e votação da fixação de Derrama

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos.

6-Análise, discussão e votação da fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos.

7-Fixação da Participação Variável no IRS

O ponto foi retirado da ordem de trabalhos.

8-Análise, discussão e votação da alteração ao regulamento municipal para concessão de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior

O senhor presidente tomou da palavra:

“Esta alteração tem a ver acima de tudo com a grelha de avaliação, quer dos rendimentos per capita, quer das médias ponderadas do ultimo ano letivo. Como sabem o município introduziu bolsas de estudo no ano letivo de 2016/2017. Fruto dessa avaliação e da aprendizagem feita com as candidaturas que, entretanto, entraram entendeu-se ser defensável ter uma malha com mais patamares para que, eventualmente, o grau de critério de seriação seja mais objetivo e que não coloque no mesmo patamar situações que possam ser diferenciáveis. Todos os demais critérios são iguais. O que está em causa é tornar mais fina a malha de análise. Quanto mais curtos forem os patamares, mais objetividade e justiça haverá.”

O membro Marta Marques interveio. (anexo 2)

De seguida, interveio o membro Guilherme:



Sessão Extraordinária 15-11-2017

“Senhor presidente da câmara, senhor presidente da assembleia, caros deputados.

Queria aproveitar para congratular o município por ter revisto e esclarecido a atribuição das bolsas. Como foi criado este modelo no ano letivo passado, é sempre importante haver uma revisão constante de forma a beneficiar todos os alunos. Para muitos ainda não era tão clara quando foi iniciada esta revisão, mas pretendeu-se assegurar a forma mais justa de atribuição das bolsas e mais adequada em relação às necessidades e às realidades das famílias do concelho. Aproveitar para dizer que no último ano letivo, o valor de atribuição de bolsas foi cerca de 10 000€ /ano. Não sei ao certo qual foi o numero de atribuição de bolsas, mas acho que o importante não é o numero de bolsas atribuídas, mas sim o valor que foi investido, sendo, nomeadamente 80% da propina. Pelo que, acho que é uma mais valia para o estudante.”

O membro Rui Santos continuou os trabalhos:

“Senhor presidente da câmara, caros deputados.

Em primeiro lugar, dizer que vamos, obviamente, votar favoravelmente a alteração, até porque foi submetida a apreciação pública, não tendo havido comentários. Se o não fizemos na altura devida, não era agora que levantaríamos questões.

Mas, queria chamar à atenção que na questão das capitações, o que foi feito foi reduzir a capitação para ter o coeficiente máximo de 20 para um quinto, passou de 250€ para 50€, não sei bem como é que uma família de 4 pessoas e que tenha um rendimento disponível de 200€, pode ter um filho a estudar no ensino superior. Para ter 10 na ponderação máxima, que era de 150€ foi reduzido para um terço. É evidente que os que tem o máximo não são beneficiados com 10. Mas, quando se faz um regulamento destes se calhar, era bom que neste tipo de escalões se ponderasse uma coisa mais equitativa. A redução para o valor mínimo foi muito alta, mas para o valor máximo não foi tão alta.

Não previa que a discussão do ponto anterior tivesse o caminho que teve, só queria dizer ao senhor presidente da câmara que quando falei nos projetos, não venho para aqui procurar dizer falsidades. Venho apenas levantar uma questão e acho que a informação complementar que deu, embora tivesse alguma informação sobre o assunto,



foi importante para toda a assembleia. É um facto que houve câmaras que no incêndio de junho ainda não estavam definidas todas estas questões e a introdução da CCDR foi para controlar os custos que em Pedrogão e nas zonas ardidas, porque a certa altura os custos dispararam. É o problema do mercado. Também haver riscos que não estão cobertos. Quando nós investimos, também assumimos riscos, em termos da atividade empresarial. As atividades empresariais devem ser, obviamente, protegidas, senão não temos empregos e não temos riqueza.”

O senhor presidente da câmara respondeu:

“Dizer que estas alterações surgem, devido à aprendizagem feita na aplicação no ano transato e aos obstáculos que se depararam às pessoas que tinham como missão analisar as candidaturas. Baixamos o valor do rendimento per capita, porque passamos a ter cada vez mais famílias, no conceito clássico, e famílias, que não são no conceito clássico. Passamos a ter cada vez mais trabalhadores estudantes e muitos assim estão, porque o limite deste teto é para estudante até 25 anos. Estes estudantes também têm o direito de aceder a este tipo de bolsas. A bolsa tem este teto para facilitar este enquadramento. No ano letivo anterior, tínhamos inicialmente uma dotação prevista de cerca de 7 000€ e por força da avaliação, por deliberação de câmara essa dotação foi elevada para poder dar cobertura ao universo das bolsas que se entendiam serem justas atribuir. A nossa perspetiva é que o valor que esteja este ano possa rondar os 10 000€, sem prejuízo de admitir a possibilidade, se por razões justificadas técnica e economicamente tivermos que aumentar este valor, que seja.

Este apoio pressupõe o pagamento de 80% da propina. A despesa de alojamento intervém indiretamente neste cálculo, porque vai contabilizar nas despesas do agregado familiar. O que queria deixar claro, é que todos temos o mesmo objetivo, garantir um reforço suplementar em relação àquilo que também é a obrigação do estado. Em boa verdade se o acesso e a universalização do ensino superior deveriam ser uma prioridade nacional, também implica que haja esse reforço. Como sabemos as bolsas de estudo estão em alguns domínios cativadas no seu teto. Todos queremos criar condições para que não se fique privado de acesso ou sucesso no ensino superior e que seja por razões económicas. Se tem mérito, esse mérito deve ser estimulado. Se tem capacidades,



Sessão Extraordinária 15-11-2017
deve ser estimulado. É isso que estamos, aqui, a fazer. Não se admirem se excedermos esse teto financeiro, se assim o justificar.”

Colocada à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, com os votos dos membros: Carlos Cunha, Arménio Marques, Rui Santos, Vera Machado, José Pereira Mendes, Paulo Albernaz, Abílio dos Santos, José Carlos Coimbra, Cristiana Ferreira, Marta Marques, Jorge Henriques, Sérgio Rodrigues, Carlos Viegas, Patrícia Henriques, António Almeida Dias, Guilherme Duarte, Jorge Batista, António Figueiredo, Regina Coimbra, João Paulo Tavares, Belmiro Gomes, Maria Zélia Martins, Gonçalo Pereira, António Manuel Santos, Isaac Almeida, José António Dias, Luís Pereira, Agnelo Laranjeira, Carlos Coimbra, Hélder Viegas, Mário Simões, Ventura Gonçalves, Paulo Bizarro, Francisco Coutinho e Paulo Roberto Carvalho.

9-Eleição de quatro representantes dos membros da Assembleia Municipal para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões

Foram apresentadas à mesa da assembleia as seguintes listas:

Lista A- PS, anexo 3

Lista B- PSD, anexo 4

Colocadas à votação, as listas receberam os seguintes votos:

Lista A – 7 votos

Lista B- 12 votos

1 voto em branco.

Após a aplicação do método de Hondt foram designados os membros efetivos: Carlos Cunha, Rui Santos, Cristiana Ferreira e Jorge Henriques.



Sessão Extraordinária 15-11-2017

10-Eleição de um presidente de Junta de Freguesia e um suplente para a Associação Nacional de Municípios Portugueses

Foram apresentadas à mesa da assembleia, para votação as seguintes listas:

Lista A- PS, anexo 5;

Lista B- PSD, anexo 6;

Colocadas à votação obtiveram-se os seguintes resultados:

Lista A – 9 votos;

Lista B – 28 votos;

Foi designado o presidente da União de Freguesias de Barreiro de Besteiros e Tourigo, José Hélder Viegas Alves como efetivo e Belmiro Manuel Gomes, presidente da junta de freguesia de Campo de Besteiros, como suplente.

11-Eleição de um representante das freguesias para o Conselho Municipal de Educação

Foram apresentadas à mesa da assembleia as seguintes listas:

Lista A- PS, anexo 7;

Lista B- PSD, anexo 8;

Colocadas à votação receberam os seguintes votos:

Lista A – 7 votos;

Lista B – 31 votos;

Foi designado o Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Besteiros, Agnelo Carvalho Laranjeira e Luciano Alves da Costa, presidente da junta de freguesia de Ferreiros do Dão, como suplente.



Sessão Extraordinária 15-11-2017

12-Eleição de quatro cidadãos eleitores para a Comissão Alargada da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco

Foram apresentadas à mesa da assembleia as seguintes listas:

Lista A- PS, anexo 9;

Lista B- PSD, anexo 10;

Colocadas à votação receberam os seguintes votos:

Lista A – 8 votos;

Lista B – 30 votos;

Após a aplicação do método de Hondt, foram designados os cidadãos Sérgio Rodrigues, João Paulo Tavares e José Carlos Coimbra e Zita Urbano,

13-Eleição de representante da Assembleia Municipal de Tondela para o Núcleo Local de Inserção

Foram apresentadas à mesa da assembleia as seguintes listas:

Lista A- PS, anexo 11;

Lista B- PSD, anexo 12;

Colocadas à votação receberam os seguintes votos:

Lista A – 9 votos;

Lista B – 29 votos;

Foi designado o membro Paulo Roberto Carvalho e Carlos José Coimbra, como suplente.

14-Eleição de um presidente de junta para a Assembleia Distrital de Viseu



Sessão Extraordinária 15-11-2017

Foram apresentadas à mesa da assembleia as seguintes listas:

Lista A- PSD, anexo 13;

Colocada à votação receberam os seguintes votos:

Lista A – 29 votos;

9 votos em branco;

Foi designado o membro Ana Leão e Isaac Almeida, como suplente.

15-Eleição de representante da Assembleia Municipal de Tondela para integrar a Comissão Municipal de Defesa da Floresta e Fogos Florestais

Pelo facto de ter havido alteração legislativa, foi decidido que a votação seria efetuada na assembleia ordinária de dezembro.

Eleição de um presidente de Junta de Freguesia para o Conselho Cinegético

Foram apresentadas à mesa da assembleia as seguintes listas:

Lista A- PS, anexo 14;

Lista B- PSD, anexo 15;

Colocadas à votação receberam os seguintes votos:

Lista A – 9 votos;

Lista B – 29 votos;

Foi designado o membro Ventura Correia Gonçalves.

**16-Eleição de um representante da assembleia municipal para ACES
Viseu Dão Lafões**



Assembleia Municipal de Tondela

Sessão Extraordinária 15-11-2017

Foram apresentadas à mesa da assembleia as seguintes listas:

Lista A- PS, anexo 16;

Lista B- PSD, anexo 17;

Colocadas à votação receberam os seguintes votos:

Lista A – 9 votos;

Lista B – 29votos;

Foi designado o membro Maria Zélia Martins, sendo o membro, Paulo Bizarro, suplente.

17- Eleição de um representante das Juntas de Freguesia para a Comissão Municipal de Proteção Civil

Foram apresentadas à mesa da assembleia as seguintes listas:

Lista A- PS, anexo 18;

Lista B- PSD, anexo 19;

Colocadas à votação receberam os seguintes votos:

Lista A – 7 votos;

Lista B – 31 votos;

Foi designado o presidente da junta de freguesia de Molelos, José António Dias.

Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata.

O Presidente:

Paulo Cerejo



anexo

Cláudio
Alves

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante mesa,

Senhor Presidente da Câmara Municipal e restante executivo,

Senhores Deputados e Comunicação Social,

Antes de iniciar a minha intervenção neste ponto da Ordem do Dia, queria começar por felicitar todos os eleitos presentes nesta Assembleia Municipal, cumprimenta-los e dizer-vos que o nosso desafio comum é grande, temos a responsabilidade de deliberar sobre aquilo que almejamos para o futuro do nosso território que se quer desenvolvido e próspero.

Parece-me pertinente no ponto 3 deste plenário, e perante esta calamidade que ganha agora nomes com a aprovação desta listagem, e exatamente porque estamos a falar de pessoas, famílias inteiras aterrorizadas e vítimas de um inimigo sem rosto, despoletar neste fórum uma profunda discussão sobre o que falhou, da prevenção ao combate, mas sobretudo encontrar soluções e compromissos que permitam antecipar e minimizar calamidades desta dimensão.

Tão importante como o voto de pesar e o luto pelas vítimas da tragédia, é garantir que as gerações futuras encontrarão uma estratégia sustentável em que o Estado cumpra a sua principal missão: a proteção e a salvaguarda dos seus cidadãos.

E dando uma visão mais romântica ao conceito, estado somos todos: governo, autarquias, cidadãos, instituições, que com mais



Handwritten signature or initials, possibly 'RDS'.

ou menos poder legislativo e/ou executivo, temos nas nossas mãos a resolução e a mudança efetiva da vida das pessoas.

A memória coletiva de 15 de Outubro deve sobretudo servir de ponto de viragem para aquela inevitabilidade que todos os anos atinge o nosso país e que este ano tomou proporções trágicas, vitimando mais de uma centena de pessoas.

No imediato e garantindo a celeridade que se impõe, há um conjunto de medidas que estão a ser tomadas, e que devem ser aceleradas e desburocratizadas.

Aquele estado que não foi capaz de nos proteger, aquele ministério que desmobilizou os meios após o final de Setembro, aquele alerta vermelho que não serviu para reforçar recursos e avisar as populações do perigo iminente, é o mesmo estado que hoje tem que minorar os impactos das suas irresponsabilidades.

E caros deputados, essa responsabilidade não fica assumida com mais ou menos demissão a pedido.

As primeiras habitações têm que ser de imediato reabilitadas, celeridade essa que não se coaduna com mecanismos governamentais obscuramente aglutinadores.

E atividade económica? Os rendimentos e os postos de trabalho destruídos nas mais variadas áreas vão ficar reféns de ações pontuais prolongadas numa espera infundável?

Essas pessoas sobreviverão de quê? Da cinza que lhes entra pelos olhos a dentro?



Clare
R. S.

Estarão esses empreendedores capazes de retomar a laboração de imediato? Foi acautelada a sua situação fiscal? Como irão eles suportar contribuições sem estar em funcionamento?

Exige-se por isso mais uma vez, um Estado que proteja os seus.

Não queremos a frieza de um líder governamental que reduziu vidas humanas a números de normalidade.

Mas desenganem-se também aqueles que reduzem a reconstrução de um território apenas ao edificado.

Os responsáveis, onde todos nós estamos incluídos, não podemos descurar a reedificação anímica e psicológica, estas pessoas precisam de conforto, de afeto e alento, temos que ser capazes de ouvir os seus relatos hediondos e retribuir-lhes uma palavra de confiança, temos de ajudar a devolver a autoestima a estas vítimas.

Uma reflexão desta monta não fica apenas por questões de atuação imediata e de diminuição de danos, é preciso construir uma estratégia intergeracional que previna estas catástrofes.

Ordenamento do território e da floresta, terá que haver coragem de impor limites tanto em espécies como em áreas e distanciamentos, não podemos simplesmente adiar essa questão para Fevereiro de 2018, tal como este governo está a fazer com os eucaliptos.

A limpeza dos nossos terrenos terá que ser obrigatoriamente acautelada, nem que para tal se utilize meios coercivos. Não podemos ter medo de defender um património que é de todos.



Cláudio
R. J. 7

E a desertificação do interior? É para intensificar? Afinal qual é o investimento para os territórios de baixa densidade populacional, e que curiosamente ou não, foram os mais afetados pelo fogo?

Repovoar o interior? Alguns dirão que será uma ideia bizarra e própria da época dos Descobrimentos.

Eu apenas digo que este propósito é vanguardista, e que é apenas um pequeno gesto que somado a tanto outros ajudarão com certeza a vida das nossas comunidades.

E como é que se repovoa? Criando emprego, riqueza, atraindo massa crítica e disponibilizando aquela qualidade de vida tão própria da ruralidade.

Não podemos assistir com passividade ao abandono permanente das nossas aldeias e ao conseqüente desleixo pelos pequenos terrenos agrícolas.

E as alterações climáticas? Vamos encará-las de forma séria ou assobiaremos para o lado como se de um sonho americano se tratasse?

E os organismos ligados diretamente ao combate de incêndios continuarão a ser siglas e hierarquias, com procedimentos exaustivos e de eficácia duvidosa?

Outro pilar não menos importante é a educação, as nossas crianças terão que ser o suporte de uma civilidade responsável, sensível ao meio ambiente e à sua sustentabilidade futura.

Queria ainda deixar aqui um grande obrigado a todos os quantos, com maior ou menor envolvimento se disponibilizaram de



imediatamente no auxílio às vítimas desta catástrofe, em particular aos bombeiros que mais uma vez fizeram jus ao seu lema de vida por vida.

Para terminar, e neste ponto em que procedemos à análise, discussão e votação dos procedimentos para os edifícios afetados pelo incêndio do último mês, lanço o repto a esta assembleia para que seja capaz de, em conjunto, encontrar um modelo que seja capaz de fazer renascer um território sistematicamente infligido deste sofrimento incalculável.

Correndo o risco de me repetir, reforço a ideia de que o ADN besteirense nos diferencia pela audácia e a capacidade de reerguer tudo o que parecia inevitavelmente perdido.

Tal como na homenagem no jogo com o Belenenses, não me canso de dizer: “Tiraram-te a cor, mas jamais te tirarão o brilho!”

Vera Machado



*Clubs
Q. B.*

GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA

Declaração de voto

O Regulamento Municipal para a concessão de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior, sujeito a discussão e aprovação neste ponto foi cuidadosamente analisado pelos membros do Grupo Parlamentar do PS. Apesar de concordarmos com as linhas gerais do documento, já aprovado por unanimidade pelo executivo, com os votos a favor dos vereadores do partido Socialista, não podemos deixar de esclarecer alguns pontos e sugerir algumas alterações.

Pensamos que a atribuição de Bolsas deve reger-se pelo princípio da garantia de meios e pela boa aplicação dos recursos públicos, recorrendo à redução da burocracia dos processos e pela concentração dos apoios nos estudantes mais carenciados.

Verificámos que foi necessária a alteração dos escalões de rendimento mensal per capita, que levou à diminuição do valor mínimo mensal per capita de 50€. Concordamos com esta alteração, perante os pressupostos de que se rege pelo princípio da linearidade, garantindo que o nível de apoio social varia proporcionalmente em relação ao rendimento per capitado agregado familiar, de acordo com a realidade do concelho. Mas se por um lado esta alteração visa incluir aqueles alunos que vivem em circunstâncias precárias, caracterizadas pela constante carência de recursos financeiros, também nos parece que a verba alocada por parte da Câmara Municipal de Tondela a estas bolsas será reduzida ou desajustada. *Si. Presidente, quer que coloquemos a questão qual o número e o valor total de bolsas atribuídas anualmente? no ano passado?*

Pensamos também que talvez fosse importante ter em conta se o estudante a quem é atribuída a bolsa tem necessidade de estar deslocado, em consequência da distância entre a localidade da sua residência e a localidade

onde frequenta o ciclo de estudos em que está matriculado e inscrito, necessitando de residir nessa localidade.

Finalmente no ponto onde é calculada a ponderação para atribuição da avaliação do processo são tomados em conta os seguintes factores: rendimento mensal per capita (40%), nº de filhos do agregado familiar (30%) e aproveitamento escolar (20%). Visto que no cálculo do rendimento per capita, já se ter em conta o nº do agregado familiar (onde está subjacente o nº de filhos), sugerimos uma alteração da metodologia de cálculo que salvguarde os agregados familiares menos numerosos (também uma recomendação do Ministério da Educação e Ciência), reforçando para efeitos de elegibilidade, a exigência de aproveitamento escolar ao estudante, não frustrando assim as legítimas expectativas dos estudantes que cumpriram com mérito e excelência os seus percursos académicos, mesmo em situações de carência económica comprovada.

Finalmente uma recomendação: louvamos esta iniciativa, de atribuição de bolsas a alunos carenciados, no entanto parece-nos que tendo em conta o orçamento anual da Câmara Municipal de Tondela e a sua dimensão, no contexto do distrito de Viseu, pensamos que em próximos orçamentos seria de aumentar a verba alocada a este ponto, em detrimento de outras verbas mais avultadas que são atribuídas, visto se tratar de um dos direitos mais fundamentais: o acesso à Educação.

Assembleia Municipal de Tondela, 15 de novembro de 2017

Pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista



Grupo da Assembleia Municipal de Tondela

02003

Clubs
R. B.

A

12

**Lista de candidatos eleição dos representantes da Assembleia Municipal na
Assembleia Intermunicipal da Comunidade I Viseu - Dão Lafões**

Efectivos:

Rui Alberto Nunes dos santos

Paulo Jorge Albernaz Leite Marques

Marta Franco Coimbra Marques

Carlos Alberto Antunes Viegas

Suplente:

Jorge Manuel Mendes Baptista

Tondela, 15 de Novembro de 2017



ando 4

(B)

7
Q
Cunha
Luis

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

O Partido Social Democrata apresenta para ser sufragada nesta Assembleia e visando a eleição de quatro membros da Assembleia Municipal de Tondela, para a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal Viseu Dão Lafões, a seguinte Lista: _____

1-Carlos Manuel Cunha

2-Cristiana da Silva Ferreira

3-Jorge Manuel Henriques Rodrigues

4-José Manuel Pereira Mendes

Suplente:

1-António José Figueiredo



Grupo da Assembleia Municipal de Tondela

A

dados
A
9
R
D

**Lista de candidatos eleição dos representantes da Assembleia Municipal na
Associação Nacional dos Municípios Portugueses**

Efectivo:

Mário Barreira Simões

Suplente:

Francisco José de Moura Coutinho Costa e Sousa

Tondela, 15 de Novembro de 2017



01/02/06

B

287

Alcides

Q. D. S.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

O Partido Social Democrata apresenta para ser sufragada nesta Assembleia e visando a eleição de um presidente de Junta de Freguesia e um suplente para a ANMP, a seguinte Lista: _____

1-José Hélder Viegas Alves

Suplente:

1-Belmiro Manuel Gomes



Grupo da Assembleia Municipal de Tondela

02007
B - 7
Cleu
A.S.

**Lista de candidatos eleição dos representantes da Assembleia Municipal no
Conselho Municipal de Educação**

Efectivo:

Mário Barreira Simões

Suplente:

Marisa Sofia Martins Fernandes

Tondela, 15 de Novembro de 2017



anexo 8

Cláudio
R. B.

B - 31

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

O Partido Social Democrata apresenta para ser sufragada nesta Assembleia e visando a eleição de um representante das freguesias para o Conselho Municipal de Educação, a seguinte

Lista: _____

1 - Agnelo Carvalho Laranjeira

Suplente:

1 - Luciano Alves da Costa



Grupo da Assembleia Municipal de Tondela

anexo 9
A
8
Cláudio
Ribeiro

Lista de candidatos eleição dos representantes da Assembleia Municipal na CPCJR

Efectivos:

Zita Maria Rodrigues de carvalho Urbano

Carlos Manuel Antunes Ribeiro

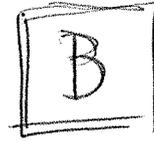
Francisco José de Moura Coutinho Costa e Sousa

Cristina Leonor Pereira de Sousa e Almeida

Suplente:

Isabel Maria Gomes dos Santos Almeida

Tondela, 15 de Novembro de 2017



ando 10
Clau
30
A. J. M.

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

O Partido Social Democrata apresenta para ser sufragada nesta Assembleia e visando a eleição de quatro cidadãos eleitores para a Comissão Alargada CPCJ, a seguinte Lista: B

1-Sérgio de Sousa Rodrigues

2-João Paulo Tavares

3-José Carlos Coimbra

4-Regina Coimbra

Suplente:

1-Luis Fernando Figueiredo



Grupo da Assembleia Municipal de Tondela

anexo 1) *Cláudia*
gfm
Q

**Lista de candidatos eleição dos representantes da Assembleia Municipal no
Núcleo Local de Inserção**

Efectivo:

Marisa Sofia Martins Fernandes

Suplente:

Paulo Jorge Albernaz Leite Marques

Tondela, 15 de Novembro de 2017



anexo 12
B 29
Clus
Jm

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

O Partido Social Democrata apresenta para ser sufragada nesta Assembleia e visando a eleição de um representante da Assembleia Municipal de Tondela, para integrar o NLI, a seguinte Lista:_____

1-Paulo Roberto de Carvalho

Suplente:

1- Carlos José Coimbra



Grupo da Assembleia Municipal de Tondela

OND 014

Cláudia

A

9

Q *João*

**Lista de candidatos eleição dos representantes da Assembleia Municipal no
Conselho Cinegético**

Efectivo:

Mario Barreira Simões

Suplente:

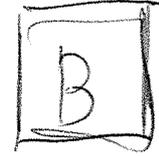
Francisco José de Moura Coutinho Costa e Sousa.

Tondela, 15 de Novembro de 2017

Francisco José de Moura Coutinho Costa e Sousa



01/20015



Clay
29/09
[Signature]

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

O Partido Social Democrata apresenta para ser sufragada nesta Assembleia e visando a eleição de um Presidente de Junta para integrar o Conselho Cinegético, a seguinte Lista: B

1-Ventura Correia Gonçalves



Grupo da Assembleia Municipal de Tondela

02/11/2017
A
9
R

**Lista de candidatos eleição dos representantes da Assembleia Municipal na
ACES Dão Lafões**

Efectivo:

Rui Alberto Nunes dos Santos

Suplente:

Marta Franco Coimbra Marques

Tondela, 15 de Novembro de 2017



01/10/2017



Cláudio
29
Q

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

O Partido Social Democrata apresenta para ser sufragada nesta Assembleia e visando a eleição de um representante da Assembleia Municipal para a ACES Viseu Dão Lafões, a seguinte Lista: _____

1- Maria Zélia Martins

Suplente:

1-Paulo Bizarro



Grupo da Assembleia Municipal de Tondela

anexo 18



Handwritten signature and initials

**Lista de candidatos eleição dos representantes da Assembleia Municipal na
Comissão Municipal de Protecção Civil**

Efectivo:

Francisco José de Moura Coutinho Costa e Sousa

Suplente:

Mário Barreira Simões

Tondela, 15 de Novembro de 2017



o novo 29



Alcides
31
R

Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal

O Partido Social Democrata apresenta para ser sufragada nesta Assembleia e visando a eleição de um representante das freguesias para a Comissão Municipal de Protecção Civil, a seguinte Lista: _____

1- José António Dias